LEIS AMBIENTAIS BRASILEIRAS: PRINCIPAIS ATUALIZAÇÕES

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Elaine Sueli Da Silva Pinto

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE NOVE DE JULHO (FNJ - OSASCO/SP)

Introdução

Pode-se afirmar que a legislação brasileira é uma das mais completas do mundo, no que tange ao meio ambiente. A proteção ao meio ambiente é expressa na Constituição Federal. Uma dessas leis, a Lei dos Crimes Ambientais é oriunda da própria Constituição Federal de 1988, onde o artigo 225 destaca que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Além da Lei dos Crimes ambientais, o Brasil também dispõe de outras leis específicas envolvendo a temática do meio ambiente: Lei Nº 12.651, de 25 maio de 2012; Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei N º 14.785, de 27 de dezembro 2023; Lei Nº 14.026, de julho de 2020; Lei N º 12.305, de 2 de agosto de 2010; Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981; dentre outras.

Objetivo

Este resumo tem como objetivo conhecer as principais atualizações de sete leis ambientais vigentes no Brasil. Tais leis foram criadas com a intenção de proteger o meio ambiente, bem como estabelecer diretrizes reguladoras e normas associadas ao meio ambiente. Além de abordar as questões penais e administrativas a respeito das condutas nocivas e lesivas ao meio ambiente (Lei dos Crimes Ambientais).

Material e Métodos

A metodologia empregada nesta atividade consistiu em uma pesquisa bibliográfica. Este tipo de pesquisa visa explicar ou abordar um problema a partir de referencias teóricos já publicados em documentos (CERVO e BERVIAN, 96). No caso deste resumo, essa pesquisa foi realizada a partir de consultas realizadas em site oficial do governo brasileiro (www.planalto.gov.br/legislacao). Cabe destacar que todas as leis e decretos citados neste resumo encontram-se no site oficial do governo brasileiro.

Resultados e Discussão

LEI Nº 12.651/2012: conhecida como o “Novo Código Florestal Brasileiro”, revogou o antigo Código Florestal Brasileiro (Lei Nº 4.771/75). LEI Nº 9.433/97: conhecida como a Lei de Recursos Hídricos, essa lei encorpou o ‘Código de Águas’ (Decreto nº 24. 643/34). LEI N º 14.785/23: conhecida como a Nova Lei dos Agrotóxicos, substituiu a antiga Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989). LEI Nº 14.026/20: conhecida como Marco Legal do

Saneamento Básico, essa lei atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico descrito na Política Nacional de Saneamento, instituída pela Lei nº 11.445/07. LEI N º 12.305/10 conhecida como Lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, esta lei complementa a antiga Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/07). LEI N º Lei Nº 6.938/81 conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, foi alterada pelo DECRETO DE 15 DE SETEMBRO DE 2010. LEI Nº 9.605/98: conhecida como Lei dos Crimes Ambientais, foi alterada pela Lei 14.064/2020.

Conclusão

A partir do exposto, fica claro que o Brasil apresenta um sistema de legislação bem específica, quando se trata de meio ambiente. Embora bem estruturadas, essas leis contêm lacunas que inviabilizam parte de seus objetivos, visto que muitas dessas leis são complementadas por outras leis ou decretos. Tais leis servem não só para prevenir que o meio ambiente seja negativamente afetado, mas também para que se preserve e se conserve o meio ambiente, além de prevenir que acidentes ambientais ocorram.

Referências

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica 4ª ed. São Paulo: Makron 1996.
BRASIL. _____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: Constituição (planalto.gov.br) Acesso em: 17/03/2025.